

A interpretação económica da história: exposição da tese ¹

Para quem estuda as ciências sociais, é interessante observar o processo pelo qual voltamos a ocupar as posições dos tempos passados, pelo menos segundo um ponto de vista. Embora Aristóteles tenha salientado a “interrelação” essencial existente entre a política, a ética e o económico, o pensamento moderno reivindicou, com sucesso, o direito destas disciplinas, assim como muitas outras, tais como a jurisprudência e os diversos ramos do direito público, serem consideradas como ciências separadas. No entanto, durante muito tempo, e em detrimento comum de todas, a independência de cada uma delas aumentou e foi exagerada, criando o sério perigo de esquecer que são apenas partes constituintes de um todo mais vasto. A tendência do pensamento recente tem sido pôr em evidência mais as relações do que as diferenças e explicar as instituições sociais que formam as bases das diferentes ciências mais à luz de uma síntese do que de uma análise. Este método foi aplicado não só à história do passado como também aos factos do presente; a concepção de história alargou-se de tal forma que agora é bem reconhecido que a história política é apenas uma fase mais vasta da atividade como também inclui todos os fenómenos de vida social. Se o termo “política” for usado no sentido habitual do termo, como referindo-se, de uma forma mais estreita, às relações constitucionais e diplomáticas, então “a história é a política do passado” é uma expressão familiar que exprime apenas uma semi verdade que está numa contradição lamentável com as suas ideais mais recentes.

Enquanto que agora se admite a história de humanidade é a história do homem na sociedade e, portanto, a história social no seu sentido mais amplo, põe-se o problema da determinação das questões históricas, de saber quais são as causas fundamentais deste desenvolvimento social, da razão das grandes mudanças no pensamento e na vida humana, que formam as condições do progresso. Não há outra questão mais profunda e de maior alcance que possa ocupar a nossa atenção, pois toda a nossa atitude em relação à própria vida depende de uma resposta satisfatória. Reside aí o problema supremo, não só para o sábio como também para o homem prático. Tem sido proposta uma solução para este problema que tem merecido a atenção dos pensadores não só de Alemanha, onde estas teorias nasceram, como também, em certa medida, na Inglaterra e na França. Os ecos da controvérsia pouco têm chegado até nós; mas um movimento do pensamento tão audacioso e profundo não pode

¹ Introdução à obra Edwin R.-A. Seligman, *A interpretação económica da história* (1911)

deixar de se estender até aos últimos limites do pensamento científico e de suscitar uma discussão adequada à natureza do problema e ao caráter da solução.

Podemos expor a tese sucintamente, da seguinte forma: a existência do homem depende de sua aptidão para sustentar as suas necessidades. A vida económica é, por consequência, a condição fundamental da vida. No entanto, como a vida humana é a vida do homem em sociedade, a existência individual movimenta-se dentro dos quadros da estrutura social e é modificada por ela. Aquilo que as condições de manutenção representam para o indivíduo é semelhante ao que representam as relações de produção e de consumo para a comunidade. É aí, nas causas económicas que, em última análise, precisamos de relacionar as transformações na estrutura da sociedade, as quais condicionam, por si mesmas, as relações das classes sociais e as manifestações mais variadas da vida social.

Esta doutrina é muitas vezes chamada “materialismo histórico” ou “interpretação materialista da história”. Mas estes termos são pouco precisos. Se por materialismo entendemos o relacionamento de todas as mudanças com causas materiais, então o conceito biológico de história também é materialista. De mesma forma, a teoria que atribui todas as mudanças na sociedade à influência do clima ou às características da fauna ou da flora é materialista, mas nada tem em comum com a teoria que aqui se discute. A doutrina com que nos ocupamos é não só materialista como também é económica, na sua essência, e a sua melhor expressão não é “interpretação materialista” mas antes *interpretação económica da história*. Em França, tornou-se moda chamar “determinismo económico” a esta teoria, mas tal presta-se ainda mais a objeções porque levanta a questão de saber se há realmente qualquer coisa de realmente “determinista” ou “fatalista” nessa doutrina. Isso será discutida de forma mais completa mais adiante ².

Procuraremos explicar a génese e o desenvolvimento desta doutrina, estudar algumas das suas aplicações por pensadores recentes, examinar as objeções que se lhe podem opor e, enfim, apreciar o seu valor e verdadeira importância para a ciência moderna.

² Ver parte II, capítulo 1 da obra de Seligman.